Revista EaD &
tecnologias digitais na educação

Algumas considerações sobre a institucionalização das instituições escolares rurais/campo no Estado do Mato Grosso

Marco Antonio Rodrigues Paulo (UFGD)
https://orcid.org/0000-0002-0786-240X
marcopaulo@ufgd.edu.br

André Luís Freitas da Silva (UFGD)
https://orcid.org/0000-0002-4485-5831
andresilva@ufgd.edu.br

Resumo: Este artigo deve ser entendido como desdobramento da proposta de investigação - História e Memória das Instituições Escolares do Campo no Sul do Mato Grosso (atual Mato grosso do Sul) pensada como demanda do curso da Licenciatura em Educação do Campo – Leduc da Faculdade Intercultural Indígena – Faind da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Este projeto de pesquisa pretendia escrever a história e resgatar a memória das instituições escolares criadas para atender as populações do campo no Sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Esta investigação examinaria como ocorreu o atendimento escolar as populações localizadas nessa região do país no período entre a Proclamação da República (1889) e a primeira década do século XXI. Para tanto, o ponto de partida desta investigação são as primeiras medidas republicanas tomadas para a institucionalização da instrução pública no Estado do Mato Grosso. Assim, o artigo proposto neste instante pretende discutir estas medidas. Esta investigação se concentrará no campo da história das instituições escolares. Ao pesquisar instituições escolares se torna imprescindível apreender o contexto histórico em que essas instituições foram concebidas.

Palavras Chaves: História da Educação mato-grossense. Escolas Rurais/Campo. Instituições Escolares.

Abstract: This article should be understood as an unfolding of the research proposal - History and Memory of Rural School Institutions in the South of Mato Grosso (currently Mato Grosso do Sul) designed as a demand for the Degree in Rural Education course – Leduc at Faculdade Intercultural Indigenous – Faind from the Federal University of Grande Dourados – UFGD. This research project intended to write the history and rescue the memory of the school institutions created to serve rural populations in the south of Mato Grosso (currently Mato Grosso do Sul). This investigation would examine how school attendance occurred among populations located in this region of the country in the period between the Proclamation of the Republic (1889) and the first decade of the 21st century. To this end,

the starting point of this investigation is the first republican measures taken to institutionalize public education in the State of Mato Grosso. Therefore, the article proposed at this moment intends to discuss these measures. This investigation will focus on the field of the history of school institutions. When researching school institutions, it is essential to understand the historical context in which these institutions were conceived.

Keywords: History of Education in Mato Grosso. Rural/Country Schools. School Institutions.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo surge como desdobramento do projeto de pesquisa - História e Memória das Instituições Escolares situadas no Campo no Sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul), investigação pensada no âmbito do curso da Licenciatura em Educação do Campo – Leduc da Faculdade Intercultural Indígena – Faind da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Os professores e alunos da Leduc interessados em estudar as diversas dimensões do processo educativo das escolas do campo no Mato Grosso do Sul apontam para a necessidade de um maior conhecimento sobre o contexto histórico que envolve a criação dessas instituições escolares.

A investigação então proposta pretendia refletir sobre a história e resgatar a memória das instituições escolares criadas para atender as populações do campo no Sul do Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul). Esta pesquisa procurou apontar como ocorreu o atendimento escolar as populações localizadas nessa região do país no período entre a Proclamação da República (1889) e a primeira década do século XXI.

Em detrimento do largo escopo desta pesquisa, o presente artigo pretende focar nas primeiras medidas republicanas tomadas para a institucionalização da instrução pública no Estado do Mato Grosso10. Este trabalho se concentra no campo da história das instituições escolares. Ao pesquisar instituições escolares se torna imprescindível apreender o contexto histórico em que essas instituições foram concebidas.

A seguir serão apresentadas algumas considerações sobre o que se entende por instituição escolar.

2 A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E OS ESTUDOS SOBRE INSTITUIÇÕES ESCOLARES.

O estudo sobre a história das instituições escolares deve ser pensado no processo de transformação do campo da História da Educação verificado nas últimas décadas do século XX, período no qual se processou um intenso esforço de renovação teórico-metodológica e de alargamento dos objetos e fontes de pesquisa (NUNES e CARVALHO, 1993; WARDE e CARVALHO, 2000)

Essa transformação foi estimulada pela aproximação da História da Educação com o campo da História e pela superação de uma dada tradição historiográfica, que se baseava na mera descrição de fatos políticos ou era fundada no modelo estruturalista que privilegiava o econômico, em detrimento de outras esferas do social. (GATTI JUNIOR, 2002)

10 Ver trabalho de Jacomeli (1998) que examina os efeitos das reformas educacionais instituídas no Estado do Mato Grosso na Primeira República (1889 a 1930).

Assim, em decorrência da aproximação com o campo da História e do rompimento com a tradição historiográfica instituída, são propostas novas perspectivas para explicação do processo educativo. Nesse contexto, foi possível observar, um significativo aumento do interesse dos pesquisadores por abordagens que procuram examinar os processos de constituição e trajetória das instituições educativas. (GATTI JUNIOR, 2002)

O interesse pelo estudo das instituições escolares faz parte de um movimento de renovação no campo da História da Educação que se acentuou na década de 1990, com a consolidação dos programas de pós-graduação nas universidades brasileiras e com a ampliação do número de grupos de pesquisa no campo da História da Educação. (GATTI JUNIOR, 2002)

Cabe destacar, que processo semelhante transcorreu na Europa.

> A abordagem dos processos de formação e de evolução das instituições educativas constitui um domínio do conhecimento historiográfico em renovação no quadro da História da Educação. Uma renovação onde novas formas de questionar-se cruzam com um alargamento das problemáticas e com uma sensibilidade acrescida à diversidade dos contextos e à especificidade dos modelos e práticas educativas. Uma abordagem que permita a construção de um processo histórico que confira uma identidade às instituições educativas. (MAGALHÃES, 1999, p. 1).

Para Magalhães (1998) no plano histórico, uma instituição educativa "(...) é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projetando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais". (MAGALHÃES, 1998, p.61)

De acordo com esse autor a trajetória de uma instituição educacional deve ser "(...) construída da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória, intentando uma síntese multidimensional que traduza um itinerário pedagógico, uma identidade histórica, uma realidade em evolução, um projeto pedagógico". (MAGALHÃES, 1998, p.61)

Entretanto, Magalhães (1998) alerta que, apesar de "(...) uma multiplicidade de acções humanas, pedagógicas, culturais, sociais, afectivas, produto de um quotidiano sempre reinventado, da instituição educativa não resta por vezes mais que um resíduo documental, irregularmente repartido no tempo e pouco representativo, nomeadamente no que se refere à riqueza do quotidiano escolar". (MAGALHÃES, 1999, p.75)

Nessa perspectiva, esse autor chama atenção para o procedimento de pesquisa que se deve adotar quando se examina uma determinada instituição educativa. Para Magalhães (1999) no processo de investigação devem ser cruzadas "(...) informações de várias naturezas – orais, arquivísticas, museológicas, arquitetônicas, fontes originais e fontes secundárias – um manancial de informação cuja exploração e utilização carecem de uma cuidada vigilância hermenêutica. Um vaivém esclarecido entre memória e arquivo." (MAGALHÃES, 1999, p. 63)

Portanto, para se escrever a história e tomar a memória de uma instituição escolar devem ser adotados múltiplos procedimentos metodológicos.

Segundo Magalhães (1998) para compreender a existência histórica de uma instituição escolar é indispensável "(...) integrá-la na realidade mais ampla que é o sistema educativo, contextualizá-la, implicando-a no quadro de evolução de uma comunidade e de uma região, é por fim sistematizar e (re) escrever-lhe o itinerário de vida na sua multidimensionalidade, conferindo um sentido histórico. (MAGALHÃES, 1998, p. 2)

Portanto, cada instituição escolar deve ser pensada como parte do sistema educativo que integra. Porem cabe ressaltar que o "(...) sistema educativo não é um somatório de instituições escolares justapostas nem, por outro lado, a história de uma dessas instituições se torna possível fora de um todo coerente". (MAGALHÃES, 2004, p. 114)

Atentos a esses procedimentos de investigação, os pesquisadores tem se preocupado em expor os meandros das instituições escolares, produzindo um conhecimento especifico dos "(...) espaços sociais destinados aos processos de ensino e de aprendizagem, por meio da busca da apreensão daqueles elementos que conferem identidade à instituição educacional, ou seja, daquilo que lhe confere um sentido único no cenário social do qual fez ou ainda faz parte, mesmo que ela se tenha transformado no decorrer dos tempos". (GATTI JUNIOR, 2002, p. 20)

Ao investigar uma instituição escolar, Magalhães (2004) apresenta algumas categorias de análise que podem ser utilizadas pelos pesquisadores que pretendem escrever a sua a História. Entre essas categorias estão – o Espaço (local/lugar, edifício, topografia); o Tempo (calendário, horário, agenda antropológica); o Currículo, numa acepção estreita (centrada nas disciplinas escolares, que resulta numa justaposição de categorias analíticas e objetos instituintes da realidade escolar – matérias lecionadas, métodos, tempos, etc.), ou numa acepção transversal à cultura e à realidade escolares (visão sintética de influência anglo-saxônica e norte-americana) que não deixa de ser, em qualquer dessas acepções, uma racionalidade das práticas pedagógicas e didáticas, no quadro da instituição educativa; os Manuais escolares, sua produção e apropriação; os professores, acesso, profissionalização, organização, formação, mobilização, por um lado, suas histórias de vida, itinerários, expectativas, decisões, compensações, representações, espaços de liberdades, por outro; os públicos, culturas, formas de estimulação e resistências e as dimensões didático-pedagógicas, aprendizagens, níveis da apropriação, transferências da cultura escolar, escolarização, alfabetização. (MAGALHÃES, 2004).

De acordo com Gatti Junior (2002) os pesquisadores que tem estudado essa temática, em regra, têm se preocupado em examinar: os processos de criação e de desenvolvimento (ciclo de vida) das instituições escolar; a configuração e as mudanças ocorridas na arquitetura dos prédios escolares; os processos de conservação e mudança do perfil dos docentes; os processos de conservação e mudança do perfil dos alunos e as formas de configuração e transformação do saber veiculado nestas instituições de ensino, entre outras possibilidades.

Para Buffa (2002, pp. 25-26) a pesquisa referente às instituições educativas torna possível a superação da "dicotomia entre o particular e o universal, o específico e o geral, o concreto e o conceito, a história e a filosofia".

Essa autora propõe categorias para análise das instituições escolares.

> Investigar o processo de criação e de instalação da escola, a caracterização e a utilização do espaço físico (elementos arquitetônicos do prédio, sua implantação no terreno, seu entrono e acabamento), o espaço do poder (diretoria, secretaria, sala dos professores), a organização e o uso do tempo, a seleção dos conteúdos escolares, a origem social da clientela escolar e seu destino provável, os professores, a legislação, as normas e a administração da escola. (BUFFA, 2002, p. 27).

Para Buffa (2002, p. 27) essas categorias permitiriam “traçar um retrato da escola com seus atores, aspectos de sua organização, seu cotidiano, seus rituais, sua cultura e seu significado para aquela sociedade”.

Para Nosella e Buffa (2005) os estudos sobre as instituições escolares produzidos pelos historiadores brasileiros têm se concentra nas escolas mais antigas, que tiveram ou ainda têm grande importância social.

Essas pesquisas, em regra, têm estudado instituições urbanas, independente da modalidade escolar ou nível de ensino, públicas e privadas, laicas e confessionais. Portanto, com raras exceções os pesquisadores têm se dedicado as instituições escolares localizadas no campo.

Por outro lado, Gatti Junior (2002) entende como promissor o significativo aumento de estudos sobre as mais variadas e diferentes instituições escolares, essas investigações estariam atendendo as especificidades regionais. Esse fenômeno estaria possibilitando certa regionalização das pesquisas referentes às instituições escolares. Esse processo pode aumentar o interesse dos pesquisadores brasileiros pelas escolas do campo, o que elevaria a quantidade de investigações que tenham como foco a história e a memória dessas instituições escolares.

3 A LEGISLAÇÃO QUE INSTITUI AS PRIMEIRAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES RURAIS/CAMPO NO ESTADO DE MATO GROSSO.

A legislação da instrução pública estabelecida no Estado do Mato Grosso nas primeiras décadas após a Proclamação da República (1889) estava em consonância com o projeto liberal republicano instituído no Brasil com o advento do novo regime. O projeto republicano pensava a escola como lugar de desenvolvimento intelectual e moral do povo. Dessa forma, a educação passa a ser pensada como instrumento de concretização dos ideais propostos pelo regime republicano. (JACOMELI, 1998).

Para Souza (1998) os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança na consolidação do novo regime, mas a própria regeneração da nação.

Como forma de superação do atraso, marca do antigo regime, ganha urgência a instituição do programa civilizatório ocidental, que determina à ordenação social, a moralização dos costumes, a disciplinarização da classe trabalhadora e a inculcação de valores cívico patrióticos. (SOUZA e FARIA FILHO, 2006).

Nesse cenário, políticos, intelectuais, reformadores e profissionais da educação dos mais “recônditos cantos do país” passam a se preocupar com a modernização e disseminação da instrução pública. (SOUZA e FARIA FILHO, 2006, p.29).

No tocante ao Estado do Mato Grosso, de acordo com Jacomeli (2008), logo nas primeiras reformas republicanas da instrução pública mato-grossense efetivadas nas primeiras decadas após a instituição do novo regime são evidentes as preocupações com a implementação da liberdade de ensino, com a gratuidade, com a obrigatoriedade e o com o ensino laico.

Assim, com a implantação do regime republicano a educação no Mato Grosso passou por várias transformações, refletindo os desafios e as mudanças sociais, políticas e econômicas ocorridas no Estado e no país como um todo.

Nos primeiros anos após a Proclamação da República, a educação no Mato Grosso enfrentou desafios relacionados à falta de infraestrutura, recursos limitados e acesso restri-

to à escolarização. A educação era geralmente voltada para a elite e estava centrada em áreas urbanas. As políticas educacionais eram influenciadas pelas ideias republicanas, com ênfase na formação de cidadãos para a nova ordem política.

Durante esse período inicial, foram promulgadas algumas leis e decretos relacionados à educação no Mato Grosso, a legislação proposta visava expandir a rede escolar, melhorar a formação de professores e estabelecer diretrizes para o funcionamento das escolas. No entanto, a implementação dessas políticas muitas vezes enfrentava obstáculos devido à falta de recursos e à resistência de grupos conservadores. (PAES, 2011).

Cabe ressaltar que a legislação instituida no Estado do Mato Grosso nos primeiros momentos, após a implantação do regime republicano, não diferencia a Escola Urbana da Escola Rural, esse distinção irá ocorrer apenas com a legislação instituida em 192711.

A primeira legislação educacional do Estado do Mato Grosso que diferencia a Escola Urbana da Escola Rural foi instituída no governo de Mário Correa da Costa pelo Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927.

De acordo com Paes (2011) a reforma da instrução pública instituída em 1927 no Mato Grosso foi projetada por uma comissão composta por autoridades da época. Fizeram parte dessa comissão - Cesário Alves Corrêa (Diretor da Instrução Pública do Mato Grosso), Jayme Joaquim Carvalho, e os professores Isaac Póvoas, Júlio S. Muller, Franklin Cassiano da Silva, Rubens de Carvalho, Fernando Leite de Campos, Nilo Póvoas e Alcindo Carvalho.

O Regulamento da Instrução Pública Primária de 1927 define novas diretrizes para a instrução pública primária mato-grossense. Esse Regulamento determina que o ensino primário do Mato Grosso fosse dividido em ensino primário e ensino secundário, sendo essas modalidades ministradas em estabelecimentos educacionais públicos ou particulares. (Regulamento da Instrução Pública de 22 de abril de 1927)

O ensino primário deveria ser gratuito, leigo e obrigatório para todas as crianças normais, analfabetas, de 7 a 12 anos de idade, que residissem até 02 quilômetros de escola pública. As escolas deveriam ser classificadas em Escolas Isoladas Rurais, Escolas Isoladas Urbanas, Escolas Isoladas Noturnas, Escolas Reunidas e Grupos Escolares. (Regulamento da Instrução Pública de 22 de abril de 1927)

As Escolas Isoladas Rurais deveriam ser localizadas a mais de 03 km da sede do município e ministrar a instrução primária rudimentar em 03 anos de ensino; as Escolas Isoladas Urbanas deveriam ser localizadas até 03 km da sede do município e ministrar a instrução primária em 03 anos; as Escolas Isoladas Noturnas deveriam ser localizadas até 03 km da sede de município e ministrar para os meninos maiores de 12 anos, que não poderem frequentar a escola diurna, a instrução primária em 03 anos; as Escolas Reunidas deveriam ser localizadas até 02 km da sede do município, devendo reunir de 03 a mais escolas isoladas, com frequência máxima de 80 alunos, funcionando com o máximo de 07 e o mínimo de 03 classes, devendo ministrar a instrução primária em 03 anos; e finalmente os Grupos Escolares deveriam ser localizados no máximo a 02 km da sede do município, funcionando no mínimo com 08 classes e sendo instalados onde houvesse no raio de 02 km no mínimo 250 crianças em idade escolar, deveriam ministrar o ensino primário em 03 anos. (Regulamento da Instrução Pública de 22 de abril de 1927)

Para Paes (2011) a legislação instituída em 1927 inovou ao classificar as escolas primárias conforme localização, estrutura, funcionamento e composição de turmas de alunos.

11 Sobre as escolas rurais nas primeiras décadas após a implantação do regime republicano no Estado do Mato Grosso ver os trabalhos de Paes (2011) e de Silva (2012).

Esse regulamento ao classificar as escolas primárias, além de definir que as escolas rurais isoladas deveriam ministrar a instrução primaria rudimentar com duração de 03 anos, também estipula o seu programa de ensino. Nesse programa, deveria constar a leitura, a escrita, as quatro operações sobre números inteiros, noções de história pátria, geografia do Brasil e do Mato Grosso, além das nações de higiene. (Regulamento da Instrução Pública de 22 de abril de 1927)

Portanto, o Regulamento da Instrução Pública de 1927 determina como deveria ser o atendimento das populações do campo no Mato Grosso.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Decreto nº 759, de 22 de abril de 1927, durante o governo de Mário Correa da Costa no Estado do Mato Grosso, marca um marco significativo na legislação educacional da região. Este decreto estabeleceu a diferenciação entre escolas urbanas e escolas rurais, reconhecendo as distintas necessidades e realidades enfrentadas pelos estudantes em ambientes urbanos e rurais.

Ao dividir as escolas em categorias específicas com base em critérios geográficos e demográficos, o governo estadual pôde adaptar seus esforços educacionais para atender melhor às necessidades das comunidades em diferentes contextos. Esta diferenciação provavelmente implicou em políticas e abordagens pedagógicas diferentes para cada tipo de escola, levando em consideração fatores como acesso a recursos, infraestrutura, currículo e métodos de ensino.

No entanto, a diferenciação entre escolas urbanas e rurais reflete uma preocupação em proporcionar uma educação mais adequada e relevante para os estudantes, reconhecendo as peculiaridades das comunidades onde estavam inseridas.

Esse tipo de legislação pode ter contribuído para melhorar o acesso à educação e a qualidade do ensino nas áreas urbanas e rurais do Estado do Mato Grosso, promovendo um desenvolvimento educacional mais equitativo e abrangente em toda a região.

Em resumo, a história da educação no Mato Grosso após a Proclamação da República foi marcada por esforços para expandir e melhorar o sistema educacional, enfrentando desafios como a falta de recursos, desigualdades regionais e influências políticas. A diferenciação entre escolas urbanas e rurais, como instituída em 1927, representou um passo importante na adaptação da educação às realidades locais do estado.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. M. de A. O Processo de Expansão Escolar em Mato Grosso: 1910 - 1946: uma Abordagem Histórica. Dissertação de Mestrado – UFMG, Cuiabá/MT, 1994.

ALVES, L. M. de A. Nas trilhas do ensino: educação em Mato Grosso: 1910-1946. Cuiabá: EdUFMT, 1998.

BUFFA, E. História e Filosofia das Instituições Escolares. In: ARAÚJO, J. C. S. & GATTI JUNIOR, D. (Orgs.). Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa. Campinas/ SP: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002.

BUFFA, E. & NOSELLA, P. As Pesquisas sobre Instituições Escolares: o Método Dialético Marxista de Investigação. ECCOS, São Paulo/SP. v. 7, n. 2, jul./dez. 2005. p. 351-368.

CENTENO, C. V. A Educação do Trabalhador nos Ervais de Mato Grosso: 1870-1930: Crítica da Histografia Regional, de suas concepções de trabalho, história e cultura. Dissertação de Mestrado, UFMS, Campo Grande/MS, 2000.

CENTENO, C. V. Educação e Fronteira na Historiografia Mato-Grossense: 1870 - 1950. Tese de Doutorado, UFMS, Campo Grande/MS, 2000.

FARIA FILHO, L. M. & VIDAL, D. A Cultura Escolar como Categoria de Análise e como Campo de Investigação na História da Educação Brasileira. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, jan.-abr. 2004. p. 139-159.

FARIA FILHO, L. M. & VIDAL, D.. A Contribuição dos Estudos sobre Grupos Escolares para a Renovação da História do Ensino Primário no Brasil. In: VIDAL, D. G. Grupos Escolares: Cultura Escolar Primária e Escolarização da Infância no Brasil: 1893-1971. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 21-56.

GATTI JÚNIOR, D. A História das Instituições Escolares. In: Novos Temas em História da Educação Brasileira: Instituições Escolares e Educação na Imprensa. ARAÚJO, J.C.S.; GATTI JR, D. (Orgs). Campinas: Autores Associados. 2002, p. 3-24.

JACOMELII, Maria Regina Martins. A Instrução Pública Primária em Mato Grosso na Primeira República: 1891-1927. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas/SP, 1998.

JULIA, D. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas/SP: Autores Associados, nº.1, jan. jun., p. 9-43, 2001.

MAGALHÃES, J. Um Apontamento Metodológico sobre a História das Instituições Educativas. In: SOUSA, Cynthia P. e CATANI, Denice B. (orgs.) Práticas Educativas, Culturas Escolares, Profissão Docente. São Paulo/SP: Escrituras, 1998, p.51-69.

MAGALHÃES, J. Contributo para a História das Instituições Educativas – entre a Memória e o Arquivo. In: FERNANDES, R. & MAGALHÃES, J. (orgs.) Para a História do Ensino Liceal em Portugal: Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga, Portugal: Universidade do Minho, 1999, p.63-77.

MAGALHÃES, J. Tecendo Nexos: História das Instituições Educacionais. Bragança Paulista: USF, 2004.

NUNES, C. & CARVALHO, M. M. C. de. Historiografia da Educação e Fontes. Cadernos ANPED, Porto Alegre, ANPEd, set. nº 5, 1993.

PAES, A. B. A Escola Primária Rural em Mato Grosso no Período Republicano - 1889-1942. Tese de Doutorado. UNESP, Araraquara/SP, 2011.

SILVA, M. O. Escola Rural: Trilhar Caminhos e Transpor Barreiras na Educação (1927- 1945). Dissertação de Mestrado. UFMT, Cuiabá/MT, 2012.

SOUZA, R. F. de. Templos de Civilização: a Implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo.São Paulo/SP: UNESP. 1998.

VIÑAO FRAGO, A. Tiempos Escolares, Tiempos Sociales. Barcelona: Editorial Ariel Practicum, 1998.

WARDE, M. J. & CARVALHO, M. M. C. de. Política e Cultura na Produção da História da Educação no Brasil. Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, Ano V, nº 07, 2000. p.09-33.

LEGISLAÇÃO

Regulamento da Instrução Pública de 22 de abril de 1927.